

CARTA III ENA

COLETIVO NACIONAL DE AGRICULTURA URBANA

19 DE MAIO DE 2014

Nós, grupos de agricultores/as urbanos/as, organizações e redes que atuam na promoção da agricultura urbana no âmbito da sociedade civil, reunidos no III ENA - Encontro Nacional de Agroecologia, em Juazeiro, BA, ressaltamos a existência de inúmeras iniciativas promovidas e apoiadas por organizações, que demonstram a multifuncionalidade das práticas de agricultura urbana, as transformações que essas promovem na vida das pessoas e das cidades e sua relação com temáticas importantes no atual contexto brasileiro, como feminismo, reforma urbana, reforma agrária, saúde coletiva, economia solidária, justiça ambiental e soberania e segurança alimentar e nutricional.

O movimento pela agricultura urbana, impulsionado pela sociedade civil, fundamenta-se nos princípios da agroecologia e tem se configurado como um campo de convergência para o fortalecimento da organização popular, especialmente a auto-organização das mulheres, que buscam superar as desigualdades sociais e econômicas e fazer a ação política a partir da articulação entre ações cotidianas nos contextos urbanos. Esta trajetória de articulação tem sido construída há mais de 15 anos por meio da realização de intercâmbios entre as organizações, da participação no I e II ENA, nos encontros do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) e das conferências de SAN, além de eventos específicos para a construção de políticas públicas de agricultura urbana no âmbito nacional e dos territórios.

A agricultura urbana está presente em todas as regiões metropolitanas brasileiras e contempla a produção de insumos agropecuários - dentre os quais a compostagem e a reprodução de sementes crioulas - as práticas de cultivo e beneficiamento agrícola, o extrativismo e a criação de animais nas cidades e nos seus entornos.

Entendemos a agricultura urbana como uma forma de organização da população urbana para promover a autonomia na produção agroecológica de alimentos, a construção de novas relações de produção e consumo baseadas na economia solidária e a reconexão com a natureza nas cidades.

Observa-se atualmente a disputa de diferentes modelos de cidade em nossos territórios. O empresariamento das cidades gera desafios para a manutenção e a ampliação das práticas agroecológicas nas cidades, como o alto valor da terra e dos impostos territoriais; a crescente transformação das áreas rurais em áreas urbanas através dos planos diretores; a pressão para a construção de novas unidades habitacionais; a degradação e contaminação dos recursos naturais (água, terra e ar). A agricultura urbana se insere na promoção de um modelo de desenvolvimento urbano mais justo e democrático, que supere a dicotomia campo-cidade e garanta o direito à cidade e à alimentação adequada e saudável para todos os seus habitantes.

Consideramos a predominância das mulheres nas iniciativas de agricultura urbana. Muitas dessas mulheres tem origem rural e tiveram suas famílias expulsas do campo pelo avanço do agronegócio em seus territórios. Outras são de origem urbana e se aproximaram da agricultura pela preocupação com a saúde e com o alimento das famílias. A agricultura urbana representa a possibilidade de reconstrução de suas trajetórias e relações de gênero mais equitativas e beneficia também os jovens urbanos, ampliando sua compreensão dos ciclos da natureza dos quais faz parte e estimulando o seu protagonismo e novas possibilidades de inserção na sociedade.

No campo da Segurança Alimentar e Nutricional, o governo foi pautado pela sociedade civil nas conferências de segurança alimentar a criar uma Política Nacional de Agricultura Urbana. Reconhecemos que houve um empenho do Ministério de Desenvolvimento Social e do Combate à Fome (MDS) na promoção de ações como a realização de um estudo (no ano de 2006), em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), que identificou mais de 600 iniciativas em li capitais brasileiras; a realização do 10 Seminário Nacional de Agricultura Urbana, realizado em junho de 2007, em Brasília, que apontou diretrizes e princípios para orientar a ação federal; e o apoio, a partir de um edital em 2008, à implementação dos Centros de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana (CAUPs), que estimularam uma lógica territorial (metropolitana) para a política e a constituição de redes de atores locais para a sua implementação. O governo ainda incorporou a agricultura urbana no Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN), identificando o MDS como o principal executor dessas ações e interlocutor da sociedade civil. No entanto, em 2013, o MDS, de forma arbitrária, interrompeu o processo de construção da política e as ações para estruturação da agricultura urbana nos territórios, redirecionando os recursos destinados para outros programas da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) sem participação da sociedade civil, que desde a 2ª Conferência Nacional de SAN em 2004 acompanha e apoia essas ações.

A Política e o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO e PLANAPO), construídos de forma participativa, incorporam a agricultura urbana em seus eixos e estratégias gerais, embora não sejam definidas ações e metas específicas para o tema. É necessário, portanto, que na revisão da PLANAPO sejam explicitadas ações específicas, dotação orçamentária e instâncias responsáveis voltadas à promoção da agricultura urbana. Nesse sentido, consideramos imprescindível que o MDA assumira uma postura proativa e articuladora na gestão de ações de agricultura urbana juntamente com o MDS.

Reforçamos a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) como instância articuladora na gestão de ações de agricultura urbana promovidas pelo MDS e MDA, além daquelas já identificadas em outros ministérios (Educação, Saúde, Cidades, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia).

Reafirmamos o papel do CONSEA como um importante interlocutor entre o governo federal e a sociedade civil para a formulação e acompanhamento da execução das políticas públicas federais voltadas para a agricultura urbana. Neste sentido, apontamos que a agricultura

urbana seja assumida como um tema central pela Comissão Permanente de Produção e Abastecimento e Segurança Alimentar (CP3) do CONSEA.

Diante desse contexto, o Coletivo Nacional de Agricultura Urbana se apresenta como ator comprometido com a luta e com a construção da autonomia das agricultoras e agricultores urbanos por meio da promoção da agroecologia e de programas e políticas públicas específicas para a agricultura urbana.